



# REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DA SAÚDE

Exmo. Senhor  
Eng.º Nuno Araújo  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
o Secretário de Estado dos Assuntos  
Parlamentares  
Palácio de São Bento (A.R.)  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício n.º. 4222	21/12/2016	N.º: ENT.: 20481/2016 PROC. N.º: 10/2016	23/12/2016

**Assunto: Pergunta n.º 1714/XIII/2ª, de 21 de dezembro de 2016, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido CDS-PP. - PPP de Braga**

Encarrega-me o Sr. Ministro da Saúde, consultada a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (ARSN, IP), de informar o seguinte:

Relativamente aos tempos de espera para consultas e cirurgia, convém referir em primeiro lugar que as situações são diferentes em termos da posição do Hospital de Braga no contexto da região norte. Se no caso das consultas se verifica um desvio desfavorável dos indicadores de acesso do Hospital de Braga face aos da região, a situação no caso da cirurgia é distinto, já que os tempos médios desta unidade hospitalar alinham com os da região. Tendo por base a última informação disponibilizada pela Administração Regional de Saúde do Norte neste âmbito (dezembro de 2016), verificam-se, em meses, os valores apresentados no quadro seguinte:

Dezembro de 2016	Mediana do tempo de espera	Tempo médio de espera
Hospital de Braga	2,8	4,4
Centro Hospitalar do Porto	3,3	5,7
Centro Hospitalar de S. João	2,7	3,3
Região Norte	2,8	4,1

Como decorre dos tempos apontados, a posição do Hospital de Braga pode ser considerada dentro dos valores normais da região, havendo ainda a sublinhar o facto de não estarem contempladas algumas situações cirúrgicas que, com tempos de espera manifestamente excessivos, acabou por se verificar já terem sido realizadas. Estas,



embora ainda não consideradas nos indicadores apresentados, por erros de interface dos aplicativos do Hospital de Braga com os do Sistema Informático de Gestão da Lista de Inscritos para Cirurgia (SIGLIC), quando resolvidas, irão determinar uma melhoria nos indicadores daquele estabelecimento hospitalar.

No caso das consultas a situação é diferente, e apesar dos esforços que têm vindo a ser adotados de aumentar o número de primeiras consultas contratualizado, os indicadores de acesso não têm evoluído, como pretendido.

A política que, neste âmbito, irá ser seguida, passa pela continuação do aumento do número de primeiras consultas contratualizado, com particular enfoque nas especialidades cuja capacidade de resposta apresenta mais dificuldades, a par de uma aposta na melhoria da articulação entre o Hospital e os cuidados primários, para que os doentes sejam sempre acompanhados no nível de cuidados tecnicamente adequado às suas necessidades de saúde.

Considera-se que neste domínio particular é possível progredir bastante, o que libertará recursos do Hospital para a realização de primeiras consultas e consequente melhoria dos tempos de espera atuais.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

(Paula Maia Fernandes)